

OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DAS INSTITUIÇÕES CUSTODIADORAS DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Mariana Caram Dias Coelho da Silva¹

RESUMO: É sabido que a disseminação de informações para usuários que habitualmente não visitam arquivos ainda é algo pouco explorado em instituições detentoras de acervos arquivísticos. Estas instituições tem a responsabilidade social de garantir acesso às informações contidas em seus acervos, possibilitando a eficiente e satisfatória transferência de informação ao cidadão. Com a intenção de investigar como se dá esse acesso ao usuário que não tem intimidade com a pesquisa em acervos, foram analisados os instrumentos de pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional. O objetivo foi identificar como é realizada a divulgação das informações contidas nas instituições detentoras de acervos arquivísticos no Município do Rio de Janeiro, analisando seus instrumentos de pesquisa e observando se há uma disponibilização de maneira física e digital, e ainda se há uma constante atualização dos mesmos.

Palavras-chave: Arquivologia; Instituições Arquivísticas; Instrumentos de Pesquisa em Arquivos.

THE RESEARCH INSTRUMENTS OF CUSTODIAL ARCHIVAL INSTITUTIONS IN RIO DE JANEIRO CITY

ABSTRACT: It is well-known that the dissemination of information for users, who do not usually visit files, is still something unexplored in institutions holding archival collections. These institutions have a social responsibility to ensure access to information in their collections, enabling the efficient and satisfactory transfer of information to citizens. Intending to investigate how works this access to the users, who is not familiar with the research collections, were analyzed the research instruments of the General Archive of the City of Rio de Janeiro, the Public Archives of the State of Rio de Janeiro and the National Archives. The goal was to identify how the dissemination of the information in institutions holding archival collections in the city of Rio de Janeiro performed, analyzing their research instruments and observing whether there is a provision of physical and digital way, and even if there is a constant updating of thereof.

Keywords: Archivology; Archival Institutions; Instruments of Archive Research.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, é notório que há um distanciamento significativo entre usuário e arquivo, no que diz respeito à disponibilização da informação arquivística. Sendo assim, a proposta de estudo realizada objetivou o aprimoramento do que já se conhece sobre os mecanismos de pesquisa disponibilizados por instituições detentoras

¹ Graduanda em Arquivologia Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, marianacaram22@hotmail.com

de acervos arquivísticos, que têm como foco a ampliação do conhecimento através do acesso à informação.

Instituições arquivísticas tem a responsabilidade social de garantir acesso às informações contidas em seus acervos, de maneira que haja adequada e satisfatória transferência de informação ao cidadão. Para isso, devem ser desenvolvidos instrumentos de pesquisa suficientemente bons, a fim de garantir que seu maior objetivo seja cumprido de maneira eficiente. Com o objetivo geral de analisar a transferência de informação por cada instituição detentora de acervo arquivístico no Município do Rio de Janeiro, a intenção foi averiguar os tipos de pesquisa acessíveis aos usuários, levando em consideração que esses instrumentos são os principais mediadores entre usuário e informação.

Com base na análise crítica sobre os instrumentos disponibilizados pelas instituições públicas custodiadoras de arquivo para dar acesso, a pesquisa buscou responder se estas atendem à questão do acesso à informação, considerando as Normas Internacionais de Descrição Arquivística.

Em relação aos objetivos específicos, realizou-se a identificação das instituições arquivísticas públicas do Município do Rio de Janeiro que detém acervos arquivísticos, com o objetivo de dar acesso; o mapeamento dos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos para acesso à documentação preservada, além de analisar quais utilizam as Normas de Descrição Arquivística; e a análise das informações coletadas, além da indicação de possíveis maneiras de melhoria ao acesso para as que tiverem instrumentos de pesquisa falhos.

A partir desse estudo, busca-se conseguir ter uma resposta sobre os motivos que impedem os arquivos de serem mais próximos da população do que atualmente são, e através dos resultados adquiridos, contribuir para a ampliação do conhecimento teórico-conceitual da área, pois acredita-se que a pesquisa ajudará a estender a compreensão acerca da divulgação científica dos acervos arquivísticos, no que diz respeito ao seus usos sociais, assumindo que esta tem valor fundamental para uma dinâmica social satisfatória.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa de cunho qualitativo foi feita a partir da revisão de literatura com o intuito de atribuir à investigação referências conceituais que sustentaram as análises.

Com as referências conceituais estabelecidas iniciou-se o levantamento de dados sobre as instituições detentoras de arquivos no Município do Rio de Janeiro. Para

esse levantamento foi utilizado o cadastro do Conselho Nacional de Arquivos. Também foram realizadas visitas técnicas quando necessárias.

A partir dos dados coletados, foram feitos o registro e a sistematização das informações, levando em consideração, principalmente, a qualidade e a eficiência dos instrumentos de pesquisa disponibilizados aos usuários. Para uma eficiente e compreensiva organização das informações, foram utilizados instrumentos de apoio como tabelas e gráficos.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Entende-se como descrição arquivística a elaboração de representações de acervos arquivísticos, tendo como objetivo expor de maneira clara e eficiente o contexto e conteúdo ao qual se insere. Desse modo, podemos notar que se trata de uma atividade intelectual, uma vez que, para seu desenvolvimento satisfatório, é preciso que o arquivista tenha domínio histórico acerca do produtor e de sua época, conhecimento do idioma em que estão sendo produzidas as informações descritivas, além de saber interpretar textos com eficiência. O propósito da descrição arquivística é identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso (ANDRADE; SILVA, 2008).

Para Lopez (2002), a descrição arquivística é o único processo que garante uma maior compreensão do conteúdo de um acervo, viabilizando não só o entendimento, mas também a localização dos documentos que compõem o acervo. Ele afirma ainda, que na ausência de descrição, há a possibilidade de “criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação”.

Segundo Leão (2006), inicialmente a descrição arquivística foi o método utilizado no controle de acervos quando não havia nos arquivos consultas ostensivas aos documentos de uma instituição. Pode-se considerar que seu propósito inicial esteve voltado para atender às necessidades administrativas, além de tornar viável o transporte da documentação e a preservação de seu conteúdo caso houvesse mudanças de depósitos de guarda, resultante de guerra e incêndios, por exemplo.

Nesse momento, a descrição arquivística se tornou a solução para um problema que ocorreu quando profissionais, historiadores, contratados pelas instituições de custódia no contexto francês do século XIX, passaram a organizar os acervos por tema, descaracterizando o que seria a identidade vinculante mais importante da documentação

com seu respectivo produtor. Isso culminou em uma situação irreversível no que se refere à organização física do acervo. Mas foi contornada por representações da ordem original dos fundos, produzidas pelo processo de descrição arquivística (LEÃO, 2006).

Os mais antigos registros que remetem à descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tabletes de argila, encontrados na cidade de Nuzi, atualmente conhecida como YorganTepe, na região da Mesopotâmia, datados de 1500 a.C. (DURANTI, 1993).

Em um artigo publicado por Yakel (apud Andrade e Silva, 2008), a autora expõe o tema que chamou de representação arquivística. Afirma-se que a representação faz menção ao processo de arranjo documental, ainda que a ordem original não seja obedecida, e também ao processo de descrição arquivística e à criação de instrumentos de pesquisa.

Bellotto (2008) entende que o processo de descrição arquivística e arranjo documental é uma atividade exclusiva e contínua da fase permanente do documento de arquivo, uma vez que o recolhimento de novas partes documentais não é concluído enquanto o fundo não se fecha.

Pode-se dizer que houve certa desconfiança da comunidade arquivística em relação às normas de descrição arquivísticas, uma vez que Leão (2006) identifica na literatura da área cinco pontos que interpreta como os principais para a resistência da criação de normas para o processo de descrição arquivística, seriam elas: o caráter único dos arquivos; a influência do usuário/pesquisador; a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; o isolamento e a independência dos arquivistas; e a carência de recursos.

Hagen (1998) auxilia na assimilação da evolução normativa da descrição arquivística ao afirmar que a primeira norma, o *Manual of Archival Description* (MAD), foi criada em 1986, no Reino Unido. Em 1994 é publicado pela Sociedade dos Arquivistas Americanos, nos Estados Unidos, o livro *Standards for Archival Description*, onde estão dispostas 86 normas específicas para a descrição e outras 157 indicadas como secundárias.

Para MacNeil (apud ANDRADE; SILVA, 2008) é possível perceber a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade, a partir da disposição dos propósitos e dos métodos de descrição arquivística, que seriam: promover o acesso aos documentos arquivísticos por meio de uma descrição que permita a recuperação, pelo menos, por meio da proveniência; permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu contexto, estrutura e conteúdo; e estabelecer indícios que permitam a presunção da

autenticidade do acervo, por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstâncias de sua produção e uso.

2.1 A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

É certo que a aplicação de normas nacionais e internacionais para a estrutura e o conteúdo da informação arquivística é uma solução evidente e primordial. O Conselho Internacional de Arquivos - CIA, desenvolveu a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF). No Brasil o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ aprovou, em 2009, a NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística (FOX, 2007).

O desenvolvimento das normas de descrição arquivística tem início no final dos anos 1980, quando o Conselho Internacional de Arquivos criou, junto à comunidade arquivística internacional, um grupo de trabalho que mais tarde viria a se tornar a Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição do CIA.

A primeira norma aprovada pela Comissão foi a ISAD(G), em 1993. Estruturalmente, esta norma é composta por sete áreas de informação, que explicam o contexto ao qual se insere a documentação que está sendo descrita, são elas: As áreas de informação que integram a norma são identificação, contexto, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, documentação associada, notas e controle de descrição. Além disso, propõe níveis de descrição em fundo, subfundo, série, subsérie, unidade documental composta e unidade documental simples. Sua finalidade principal é promover o acesso aos acervos de forma precisa e eficiente. (SILVA; ORRICO, 2013)

Em 1996, foi publicada a primeira versão da ISAAR(CPF). Essa norma busca orientar a preparação de registros de autoridades arquivísticas que viabilizam descrições de entidades coletivas relativos à produção e manutenção de arquivos. Ela consiste em apenas quatro áreas de informação, a saber: área de identificação, área de descrição, área de relacionamentos e área de controle. Cada uma delas, assim como a ISAD(G), têm seus elementos de descrição associados.

No Brasil, o processo de criação de uma norma de descrição teve início quando foi aprovada a criação da Câmara Técnica de Normalização e Descrição Arquivística, após o país ter tido uma participação proveitosa no processo de revisão da ISAD(G). Seu intuito era propor normas compatíveis com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) e, que ao mesmo tempo, estivesse em conformidade com as necessidades descritivas nacionais. A

partir desta proposta, foi elaborada e publicada em 2006, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, que apesar de manter uma semelhança, difere em alguns aspectos pontuais da ISAD(G). (REGO, 2015)

A NOBRADE é constituída de oito grandes áreas de informação, onde compreende-se 28 elementos de descrição, sendo sete obrigatórios, são eles: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso, sendo este último obrigatório somente para descrições em níveis 0 e 1.

Apesar de não ter sido formulada para utilização exclusiva em sistemas descritivos digitais, suas vantagens são evidentes uma vez que o uso correto desta norma em sistemas manuais pode facilitar posterior passagem dos dados para sistemas automatizados, que é o que vem acontecendo com frequência. (ARQUIVO NACIONAL, 2006)

A Norma ainda designa o respeito aos fundos e a descrição multinível, e por isso sugere que: 1) a descrição seja realizada do geral para o particular, com o intuito de caracterizar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes; 2) as informações sejam relevantes para o nível de descrição, com o intuito de representar com exatidão o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; 3) que haja relação entre as descrições, de maneira que explicita a posição da unidade de descrição na hierarquia; e 4) que não haja repetição de informações, para não haver redundância nos textos. (ARQUIVO NACIONAL, 2006)

Talvez a grande diferença entre a NOBRADE e a ISAD(G) esteja no 28º elemento, contido apenas na primeira. A novidade da norma brasileira é a área de pontos de acesso e descrição de assuntos, que possui duas formas de recuperação: de natureza objetiva que “estão evidenciados no documento como, por exemplo, a autoria, a tipologia documental, o suporte, o formato” e de natureza subjetiva, “que obtemos através de uma análise interpretativa do documento, em geral, o assunto do documento” (SILVA; ORRICO, 2013, p.1078)

Para Fonseca (2001), os movimentos de normalização das práticas arquivísticas são consequência da abordagem informacional nos arquivos. A disseminação de uma visão informacional em associação com as transformações socioculturais a partir da emergência das tecnologias da informação e comunicação tem tomado maior espaço na literatura da área.

A atualização das práticas arquivísticas em relação aos discursos das novas tecnologias, difundidos no final do século XX, concederia à informação uma condição fundamental no território da Arquivologia. Isso se somaria ao surgimento da normalização das práticas arquivísticas na direção das iniciativas internacionais de padronização da informação, visando à interoperabilidade dos sistemas informacionais. A normalização objetiva uma descrição arquivística que estrutura informação para servir de ponto de acesso tanto das entidades documentais como também das relações estabelecidas entre os documentos representando um conteúdo intelectual. (SILVA e ORRICO, 2013, p.1080)

Fox (2007, p.29) afirma que a normalização torna o trabalho arquivístico mais competente, pois sem normas, é comum que ajam dúvidas sobre questões que aparecem cada vez que um arquivista precisa lidar com conjuntos de documentos que não estão inseridos em sua rotina de trabalho. Quando não há uma direção a se seguir, “gastamos um tempo improdutivo pesando os vários argumentos: a favor e contra cada possível curso da ação. Com as normas estabelecidas, aquelas reuniões, frequentemente intermináveis, são evitadas”. O autor atenta também para mais um argumento a favor das normas, que está diretamente ligado ao fazer arquivístico. Ele afirma que teve

[...] evidências disso em primeira mão, quando os arquivistas nos Estados Unidos adotaram várias normas e diretrizes nas áreas de aquisição, descrição, conservação, ética e referência ao longo dos anos. Como uma maré montante, as normas tendem a levantar todas as embarcações. Seu impacto foi particularmente sentido no trabalho dos pequenos arquivos com um número limitado de pessoal. As normas tornaram-se uma ferramenta de instrução para muitos que entram na profissão pela „porta de trás“, isto é, com menos que uma completa educação formal em arquivologia. (FOX, 2007, p.29)

Entende-se que a escolha por um sistema mais simples, ainda que não ofereça o melhor controle intelectual de acervos, atenderia melhor à demanda de pesquisas, caso este fosse solidamente utilizado. Uma vez que a normalização for aplicada, os usuários terão maior facilidade em localizar as respostas para suas buscas já que todos os instrumentos de pesquisa estarão padronizados e seguindo os mesmos protocolos. É preciso considerar a integração dos metadados de múltiplas instituições, mas sempre levando em consideração o desenvolvimento de uma arquitetura de informação – normas, estruturas e sistemas de dados – que facilite prontamente o processo (FOX, 2007).

2.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA EM ARQUIVOS

Entende-se como instrumentos de pesquisa a representação da informação contida em arquivos permanentes, onde a finalidade principal é o acesso à informação. Afirma-se que os instrumentos de pesquisa resultam de práticas arquivísticas, uma vez que é constituído de elementos informativos disponibilizados aos usuários, ou seja, funcionam como mediador entre usuário e arquivo (CALDERON, 2003)

Ribeiro (apud CALDERON, 2003) explicita que as operações técnicas utilizadas na produção de instrumentos de pesquisa são a classificação e a descrição: a primeira evidencia a estrutura orgânica e a função serviço/uso que caracterizam o sistema informacional; e a segunda discerne com clareza os elementos informativos que salienta a realidade arquivística, independente de qual seja.

Calderon (2003) cita que conjuntos documentais são descritos como naturais ou históricos e englobam toda documentação decorrente da gestão institucional que constituirão os fundos, grupos/subgrupos e as séries. Há também, os conjuntos documentais definidos como artificiais, onde se encaixam as coleções/seções factícias. Para os conjuntos naturais ou históricos é direcionado a maioria dos esforços da atividade descritiva, os quais devem seguir a orientação de um programa descritivo preestabelecido. Um dos objetivos desse programa deve ser a divulgação ampla dos documentos, maximizando o uso dos recursos humanos e materiais disponíveis nas instituições arquivísticas.

Para Camargo e Bellotto (1996) a terminologia arquivística, que ainda não se encontra solidamente normalizada, dificulta o trabalho de transferência da informação uma vez que cria uma espécie de impedimento no que diz respeito ao entendimento do usuário e, conseqüentemente, um comprometimento no trabalho realizado. A autora também atenta para uma formação e treinamento de profissionais deficiente muitas vezes em decorrência dessas dificuldades terminológicas.

Para que um instrumento de pesquisa atenda de forma satisfatória o usuário, é necessário conter o número de informações suficientes, a fim de permitir ao pesquisador ter uma visão ampla e ao mesmo tempo detalhada do arquivo, de forma que ele consiga ter dimensão da documentação de interesse em relação ao produtor e às atividades que os geraram. Por isso é importante que cada instrumento de pesquisa seja desenvolvido da maneira mais eficiente possível, respeitando normas e critérios pré-definidos e, principalmente, serem bem aplicados ao tipo de informação ao qual se refere. Após a publicação dos dicionários terminológicos, houve modificações nas denominações dos

instrumentos de pesquisa e, atualmente, os instrumentos de pesquisa tradicionais recebem o nome de guia, inventário, catálogo e índice (CALDERON, 2003).

Os níveis das atividades de descrição deverão sempre corresponder aos níveis da classificação dos documentos. Assim, diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística. (LOPEZ, 2002)

Na tabela seguinte é possível entender cada tipo de instrumento de pesquisa e o nível da descrição ao qual corresponde:

Quadro 1: Aplicações dos tipos de instrumentos de pesquisa

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos e coleções	Séries	Inventário
Séries	Unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	Assunto; recorte temático	Índice

Fonte: Autora com base em Lopez, 2002.

É aconselhável que o guia seja o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo, pois ele concede ao usuário um mapeamento panorâmico do acervo. Nele deverão constar todas as informações necessárias para direcionar os pesquisadores, desde um dado geral até os dados específicos sobre o acervo. É importante, também, que o guia contenha uma pequena introdução apresentando a instituição que explique seu contexto histórico e o processo pelo qual o acervo foi formado, isso porque ele será o primeiro instrumento a ser utilizado pelo pesquisador. (LOPEZ, 2002).

O guia se divide em duas partes: a primeira informa os dados gerais sobre a instituição e sobre as condições de consulta; a segunda parte descreve de forma sumaria os fundos e as coleções.

Após o guia, os próximos instrumentos de pesquisa a serem desenvolvidos devem ser os inventários. Estes instrumentos desempenham a função de disponibilizar um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções e o objetivo é descrever as

atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. (LOPEZ, 2002)

Como o guia, os inventários geralmente são apresentados em duas partes distintas: na forma de introdução, onde descreve sumariamente o conjunto em pauta; e no conteúdo, procura fazer uma explicação mais completa e abrangente. Para a descrição sumária do fundo, ou da coleção, as informações existentes no guia serão bastante úteis, mas para o corpo do inventário propriamente dito, é necessário a especificação de novos verbetes. Para a introdução do inventário são necessárias as mesmas informações destacadas na segunda parte do guia, acrescidas de outras informações complementares.

Os catálogos e índices constituem instrumentos voltados para a localização específica de unidades documentais. O catálogo é o instrumento que dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, mas agora, especificamente em cada documento e podendo, ou não, ter a descrição peça a peça dividida em duas partes: introdução e corpo. É imprescindível que o catálogo se limite ao entendimento dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas. (LOPEZ, 2002)

Já os índices procuram dividir os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos etc. Eles têm como objetivo consentir uma rápida localização das unidades documentais que atendam a critérios específicos. Os índices aparecem, em sua maioria, integrados a outros instrumentos de pesquisa, visando garantir possibilidades variadas de acesso aos documentos em questão. Lopez (2002) afirma que nesse tipo de instrumento de pesquisa

somente algumas possibilidades se configuram como inerentes às atividades do arquivo. A descrição de documentos de vários acervos pode ser uma atividade importante para determinadas pesquisas; no entanto, não deve ser encarada como uma das obrigações da instituição de guarda. (LOPEZ, 2002)

3 CAMPO EMPÍRICO

A partir da proposta de estender o entendimento em relação aos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos com sede no Rio de Janeiro, procurando dar margem à reflexão da relação entre usuário e acervo e tendo em vista a responsabilidade social que os arquivos carregam, buscou-se

auxiliar na compreensão da dinâmica de divulgação científica das fontes arquivísticas na perspectiva dos seus variados usos.

Foram escolhidas três instituições arquivísticas que seriam analisadas: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, e o Arquivo Nacional - AN. A escolha se deu pelo fato de que a Cidade concentra instituições arquivísticas públicas das três esferas de governo do Brasil.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

Para dar início à pesquisa, foi desenvolvido uma síntese das referências conceituais, qualificando o debate entre autores da área que tratam do assunto em questão, com o objetivo de introduzir ao leitor os conceitos de descrição, normalização e instrumentos de pesquisa. O objetivo era propiciar um melhor entendimento sobre a relevância e amplitude do assunto que a pesquisa trata, antes de dar início à parte prática da pesquisa.

Foram realizadas reuniões mensais entre os meses de agosto de 2015 e junho de 2016 junto ao orientador da monografia, para discussão de textos e modos de abordagens sobre os temas escolhidos que fossem completos e deferissem uma boa revisão de literatura. Dessa forma, os principais autores citados foram Flávia Leão, Wilmara Calderon e Vitor Manoel Marques da Fonseca, Ricardo Sodré Andrade e Rubens R. G. da Silva, André Porto Ancona Lopez e Michael Fox. Para uma melhor compreensão de alguns conteúdos, foi utilizado como recurso de organização, quadros e tabelas com conceitos e definições.

Em seguida, deu-se início à parte prática. Fez-se a caracterização das três instituições escolhidas, ou seja, qual foi o ano de fundação, o contexto histórico e social ao qual cada uma se insere, a missão e objetivos. Também foi analisado cada um dos sites, com a intenção de mapear os recursos de pesquisa disponibilizados virtualmente.

Realizou-se duas visitas técnicas às instituições escolhidas, em momentos distintos da pesquisa: a primeira em novembro de 2015; e a segunda em junho de 2016. O objetivo principal foi obter conhecimento e registrar quais os recursos e instrumentos de pesquisa disponíveis fisicamente, tendo em vista o seu papel de mediação entre os usuários e o conteúdo dos acervos, as condições das salas de consulta em termos de conservação e organização, além de analisar como é feita a recepção do usuário por parte dos profissionais atuantes.

Também aconteceram entrevistas com os responsáveis pela produção dos instrumentos de pesquisa de cada uma das instituições arquivísticas e foi elaborada uma investigação a partir das impressões de um usuário leigo, sem nenhuma experiência com instrumentos de pesquisa ou consultas a arquivos, seja de maneira física ou digital. O objetivo foi identificar suas dificuldades e impressões sobre aspectos julgados relevantes para uma pesquisa eficaz e satisfatória.

Por fim, foi feita uma análise geral de toda a pesquisa, que proporcionou a elaboração de impressões e resultados, com base nos dados coletados durante todo o processo de produção do trabalho de conclusão de curso.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES CUSTODIADORAS

Neste tópico, discorre-se sobre as três Instituições Arquivísticas que foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional.

3.2.1 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro²

O AGCRJ é um órgão da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio e foi instituído em 1567, quando houve a fundação da cidade. Durante os séculos que se sucederam, custodiou toda a documentação oficial produzida pela Câmara Municipal e, durante o período republicano, pela Prefeitura. Hoje, também mantém sob custódia coleções de documentos particulares de prefeitos, administradores, professores, engenheiros e personalidades da vida carioca.

O acervo do AGCRJ tem uma vasta tipologia documental disponível para consulta: manuscritos e impressos, fotografias, gravuras, fitas, vídeos, livros e periódicos, e todos podem ser consultados por qualquer usuário. Há também, documentos que fornecem subsídios para a tomada de decisões no âmbito da administração pública.

É de competência do AGCRJ, a gestão e a preservação da documentação de valor permanente produzida na esfera do Poder Executivo Municipal. Assim, tem como funções principais organizar, gerir, preservar e democratizar o acesso público aos acervos documentais, que têm valor probatório e histórico reconhecidos, produzidos no

² As informações foram retiradas do site do AGCRJ, e estão disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/historico>, acessado em 10/06/2016.

âmbito da Prefeitura da Cidade. Também é função do Arquivo Geral registrar, de diversas formas, as manifestações culturais, políticas e sociais, oficiais e não-oficiais, realizadas na cidade, de reconhecida relevância para a sua memória e para a sua história, contribuindo para divulgá-las e preservá-las.

3.2.2 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro³

O APERJ foi fundado a partir do Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931, subordinado à então Diretoria do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Dois anos após sua criação teve o nome modificado para

Arquivo Público e Biblioteca Universitária e, em 1938, foi desmembrado da Biblioteca, permanecendo, porém, na Secretaria de Justiça até 1958, quando passou para a Secretaria de Administração.

No arquivo da APERJ contém documentação de órgãos do poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, além coleções e arquivos privados. Dessa forma, o acervo se constitui a partir de vários gêneros documentais, a saber: textuais, cartográficos, fotográficos, sonoros, filmográficos e objetos tridimensionais como bandeiras, flâmulas e medalhas, entre outros.

Sua principal finalidade é a implementação da política estadual de arquivos, através da gestão, recolhimento, tratamento técnico preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, dando base para um satisfatório acesso à informação, que por sua vez, visando apoiar o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. A Instituição, reúne interessante e importantíssimo acervo que vem desde o século XVIII até nossos dias, contando com cerca de quatro mil metros lineares de documentos textuais, além de mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfilmes.

3.2.3 Arquivo Nacional⁴

O AN, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça. Seu propósito é a implementação e acompanhamento da política

³ As informações foram retiradas do site do APERJ, e estão disponíveis em: <http://www.aperj.rj.gov.br/historico.htm>, acessado em 10/06/2016.

⁴ As informações foram retiradas do site do AN, e estão disponíveis em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>, acessado em 10/06/2016.

nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, através da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, assegurando acesso à informação, objetivando o apoio às decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão em relação aos seus direitos sociais, e o incentivo à produção de conhecimento científico e cultural.

Sua missão é “garantir, à sociedade e ao Estado, o acesso à documentação arquivística pública”, e sua visão estratégica é o “reconhecimento do Arquivo Nacional como polo de difusão de informações arquivísticas e como protagonista em gestão de documentos por sua atuação estratégica junto aos órgãos e entidades da Administração Pública.”

O AN detém, na sede, no Rio de Janeiro e em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 3 mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera 8 mil títulos.

3.3 OS TIPOS DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA IDENTIFICADOS

Nesse tópico será exposto o quantitativo de instrumentos de pesquisa disponibilizados por cada uma das instituições, a observação *in loco* feita nos arquivos e a análise a partir das impressões de um usuário voluntário.

3.3.1 Quantitativo

Como forma de conseguir um primeiro contato com os instrumentos de pesquisa disponibilizados pelas Instituições e, ao mesmo tempo, desenvolver a análise crítica sobre cada uma delas, foi realizada uma pesquisa em cada um dos *sites*, com o intuito de se obter o quantitativo de instrumentos disponíveis virtualmente.

As três instituições disponibilizam instrumentos de pesquisa em seus *sites*, mas se diferenciam entre os tipos. No geral, os acessos aos instrumentos são fáceis, visto que, na página principal de cada um dos *sites*, existem indicativos para as páginas de consulta.

Após fazer uma pesquisa detalhada pelos três *sites*, chegou-se ao número de instrumentos disponibilizados virtualmente. Na tabela abaixo é possível fazer uma

comparação entre a quantidade e tipos de instrumentos de cada uma das Instituições analisadas:

Quadro 2: Quantitativo dos instrumentos de pesquisa do AGCRJ, APERJ e AN

	AGCRJ	APERJ	AN
Guia de coleções particulares	22	-	-
Base de dados	1	3	9
Inventários	8	-	25
Catálogos	1	-	7
Índices	4	-	-
Instrumentos provisórios	-	-	10
Sítios eletrônicos	3	2	6
Resumo em PDF sobre documentação sonora e audiovisual	28	-	-
Total	67	5	57

Fonte: elaborado pela autora.

É possível notar que o AGCRJ é o arquivo que mais disponibiliza tipos diferentes de instrumentos de pesquisa, e a maior parte dos instrumentos estão em PDF, podendo ser baixados caso seja de vontade do usuário. Em relação à organização, o *site* satisfaz às necessidades de consulta, uma vez que concentra em uma única parte do site todos os instrumentos acessíveis, além de fazer uma breve contextualização do acervo que cada um trata.

O APERJ é o arquivo que menos disponibiliza instrumentos de pesquisa em formato digital, tendo apenas três bases de dados e dois sítios eletrônicos, que na verdade se tratam de páginas dentro do próprio *site* da Instituição contendo documentação iconográfica e panfletos, como mostra a figura. A página do APERJ é relativamente confusa e não tem uma parte destinada exclusivamente à consulta como os outros dois sites. Como mostra a figura acima, os ícones que levam à documentação estão na página inicial sem nenhum tipo de indicação, o que dificulta a consulta para algumas pessoas que não tenham tanta proximidade com esse tipo de acesso.

No *site* do AN todos os instrumentos disponibilizados, com exceção dos sítios eletrônicos e da base de dados, estão em PDF e podem ser salvos caso seja conveniente para o usuário. Em algumas das bases de dados, é possível ter acesso também ao documento digitalizado. Como o *site* do AGCRJ, as informações são organizadas em uma parte contendo explicações sobre os instrumentos disponíveis e breves orientações

para consulta, por isso, entende-se que o site satisfaz as necessidades do usuário, mesmo que só em um primeiro momento.

O AGCRJ é o que tem maior quantidade de tipos de instrumentos disponibilizados que totalizam sete, e também o maior somatório de instrumentos de pesquisa, sessenta e sete. O tipo de instrumento disponível em maior quantidade são os resumos em PDF sobre documentação sonora e audiovisual. O AN tem disponíveis um total de cinquenta e sete instrumentos de pesquisa e destes, os inventários somam o maior número de instrumentos *online*, um total de vinte e cinco. O site do APERJ tem apenas dois tipos de instrumentos de pesquisa *online*, que totalizam 5, e destes, três são bases de dados.

3.3.2 Observação in Loco

As visitas foram realizadas em dois momentos distintos: em novembro de 2015 e em junho de 2016, sempre nos três Arquivos. A primeira visita, feita no momento em que se iniciou o desenvolvimento da parte prática da pesquisa, após a análise dos *sites*, e teve como intuito conhecer melhor as instituições que seriam analisadas, além de compreender seu contexto e finalidade e investigar como é feita a recepção de novos usuários.

A primeira instituição visitada foi o AGCRJ. Foi informado que todos os instrumentos de pesquisa disponíveis fisicamente também estão no site, com exceção das fichas catalográficas, que estão disponíveis apenas fisicamente e somam um total de quarenta e duas. Atualmente, está sendo feita uma inserção de dados para facilitar a pesquisa e o arquivo virtual está sendo alimentado aos poucos, pois não há profissionais suficientes e falta tempo para garantir um trabalho mais rápido. Foi disponibilizada a ficha que o usuário precisa preencher para solicitar acesso ao acervo que deseja consultar. Quando perguntado sobre o público-alvo do arquivo, informou-se que, apesar de não ter um número exato, geralmente são estudantes interessados em informações para pesquisas acadêmicas.

A segunda instituição visitada foi o APERJ. Foi informado que há vinte e nove fundos e vinte coleções tratadas, e que nem, todos eles têm instrumento de pesquisa. Desse número, dezenove tem instrumentos de pesquisa disponível fisicamente. Também há bancos de dados em formato *access word* que se encontram no estágio de inserção de dados, mas já estão disponibilizados para consulta no próprio arquivo. A intenção é que essas bases sejam colocadas no site, futuramente.

A primeira instituição visitada foi o AN. A visita se baseou em uma explicação rápida sobre a disposição dos instrumentos de pesquisa na sala de consulta. Estão disponíveis instrumentos de pesquisa para os arquivos textual, cartográfico, sonoro, jurídico, filmográfico, executivo e iconográfico e estão, em sua maioria, organizados em inventários. Foi possível notar uma estrutura física da sala de consulta boa. Tem mesas para consulta em grupo e individual, com boa iluminação em todas as partes, facilitando a visualização dos instrumentos dispostos. Foi informado, também, que o público que mais frequenta o AN são pessoas em busca de documentação probatória e estudantes em busca de conteúdo para pesquisas. Em comparação ao site, a visita ao AN foi pouco satisfatória, pois não foi possível, de imediato, um esclarecimento do quantitativo de instrumentos de pesquisa disponíveis.

A segunda visita aos arquivos se deu com o objetivo de esclarecer pontos que não tinham ficado claros na visita anterior, além de tentar encontrar respostas para questões novas, que surgiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

No AGCRJ, a primeira pergunta feita foi em relação aos instrumentos de pesquisa que estavam disponibilizados no site do Arquivo Geral da Cidade, quais os tipos e se havia um número aproximado da quantidade. Esclareceu-se que, basicamente, eles trabalham com catálogos e inventários e todos os catálogos de coleções particulares estão disponíveis física e digitalmente para consulta. A quantidade exata a historiadora afirmou não saber, em decorrência do grande número de instrumentos de pesquisa já produzidos pela instituição.

Em relação aos outros fundos e coleções, existem os que estão disponíveis apenas em versão *online*, visto que em alguns casos o custo de impressão seria alto em decorrência do tamanho do instrumento, e outros que só existem em versão física, pois os mesmos ainda não receberam o tratamento adequado para serem disponibilizados virtualmente.

Quando perguntado como o usuário é recepcionado, foi explicado que não há um esclarecimento sobre cada tipo de instrumento de pesquisa disponível para consulta, uma vez que acredita que o pesquisador não está interessado nesse tipo de informação, mas sim em resultados para sua busca. Dessa forma, é analisado o que o pesquisador deseja, e a partir disso entrega a ele o instrumento que melhor se adequa ao que ele procura.

Sobre a produção dos instrumentos de pesquisa, o entrevistado afirmou que não há uma produção intensa de inventário, em virtude da falta de tempo e por não haver necessidade, já que entende que a eficiência da base de dados é muito maior. Ainda

assim, quando produzidos, os instrumentos seguem as normas da NOBRADE. Acredita-se que as bases de dados são o futuro dos instrumentos de pesquisa uma vez que é o meio mais simples de disseminar informação para todo e qualquer tipo de usuário, além do menor custo de produção e praticidade na consulta.

A segunda visita foi mais agregadora que a primeira, visto que as perguntas foram respondidas com mais clareza e exatidão. Além disso, foi possível ter uma maior noção do funcionamento e do trabalho realizado pelos profissionais que ali trabalham.

A reunião no APERJ teve início com perguntas relativas aos tipos de instrumentos de pesquisa disponibilizados pela Instituição. Respondeu-se que, basicamente, fazem uso de inventários, catálogos e bases de dados, e fisicamente estão disponíveis dezenove, apenas. Para a produção desses instrumentos de pesquisa, eles utilizam a NOBRADE. Explicou que é feito uma espécie de introdução ao arquivo para usuários que chegam pela primeira vez, como forma de situá-lo no contexto ao qual o arquivo se insere. Essa medida, além de apresentar o arquivo ao pesquisador, também tem o intuito de orientá-lo no tipo de instrumento que irá utilizar e se realmente o acervo que procura está disponível no APERJ, pois segundo afirmação do entrevistado, é comum pesquisadores buscando informações que estão em outros arquivos.

No AN, a entrevista foi dividida em duas partes: primeiro foi feita uma visita à sala de consulta, em seguida, o arquivista mostrou onde a equipe trabalha e onde é feito o tratamento da documentação e a produção dos instrumentos de pesquisa. O entrevistado também simulou consultas à base de dados do AN para ilustrar como a mesma funciona.

Os profissionais trabalham de maneira contínua para alimentar a base de dados e seguem as especificações da NOBRADE para a produção de seus instrumentos. Com a preocupação de atender à demanda de consulta da melhor forma possível, atualmente está sendo feito um levantamento com as dificuldades encontradas por usuários, com o objetivo de torná-lo mais eficiente.

Os Instrumentos de pesquisa físicos estão disponíveis nas salas de consulta e se diferenciam por cor e numeração, facilitando a localização de cada um e mantendo o controle da sequência de produção. Assim, os instrumentos com capa vinho são referentes ao legislativo e executivo, os de capa laranja referentes ao judiciário e extrajudiciário, os de capas azuis são referentes aos arquivos privados, os vermelhos pertencem aos iconográficos, as capas pretas à imagem, movimento e som, e por fim, as capas verdes são referentes aos documentos cartográficos.

Basicamente, trabalham apenas com dois tipos de instrumentos de pesquisa: os inventários sumários e os inventários analíticos. O principal motivo seria em razão do uso que fazem da base de dados, pois consideram este instrumento de pesquisa suficientemente bom. Ainda assim, todos os instrumentos têm um índice no final de cada um, visando a praticidade na hora da busca por conteúdo.

O entrevistado considera os instrumentos de pesquisa a ponte entre usuário e instituição, e afirma que sua boa produção depende da competência do arquivista, que deve estar ciente da influência direta de seu trabalho no entendimento do pesquisador sobre o instrumento que consultar. Além disso, acredita que os instrumentos tradicionais vão cair em desuso, já que a praticidade e eficiência das bases de dados para disseminação de informação é muito maior.

A equipe está fazendo o trabalho de disponibilizar os instrumentos de pesquisa físicos em PDF e na base de dados, este último tendo a possibilidade de o usuário ter acesso ao documento digital. Os inventários que ainda não foram transformados em PDF, estão em forma de inventário sumário; os que já foram digitalizados estão em formato de inventário analítico. Nem todos os instrumentos físicos estão digitais, mas a intenção é que estejam em breve, mesmo que na versão antiga, à princípio.

Compreende-se que o esclarecimento logo de início da organização e produção dos instrumentos de pesquisa elaborados foi de grande proveito para o entendimento da relação entre arquivo e usuário que acontece na Instituição. A visita foi bastante proveitosa, visto que esclareceu as dúvidas que apareceram quando foi feita a análise do site do Arquivo Nacional. O contato com o profissional fez toda a diferença para entender o motivo pelo qual os instrumentos de pesquisa estão diferenciados por cores, por exemplo, ou ainda quais critérios são usados na hora de produzir os instrumentos. Assim, entende-se que o contato direto com o profissional responsável foi proveitoso e fundamental nessa fase da pesquisa.

3.3.3 Análise do Usuário Participante

Para ilustrar o primeiro contato de uma pessoa leiga com um *site* de consulta de acervos, foi proposto a uma voluntária com formação distinta à área de Arquivologia, que tentasse fazer uma pesquisa livre no site de cada uma das três instituições que foram estudadas ao longo da pesquisa. A voluntária, que é do sexo feminino, tem 27 anos, é formada em Biologia com mestrado em Zoologia, afirmou nunca ter tido contato com sites de pesquisa de acervos e/ou coleções arquivísticas anteriormente.

A análise dos acervos *online* foi feita em um domingo do mês de junho de 2016 por cerca de uma hora. Como orientado à voluntária, procurou-se julgar, principalmente: a) a interface de cada um dos *sites*; b) a organização e a disponibilização, ou não, de orientação para acesso aos fundos e instrumentos de pesquisa; e c) a acessibilidade a documentos digitalizados de maneira instantânea, ou seja, sem o agendamento prévio de visita aos arquivos físicos.

Em relação à interface, houve uma crítica negativa ao Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que considerou o *site* desprovido de informações que levassem o usuário a explorar o conteúdo disponível de maneira eficaz. No entanto, as interfaces dos *sites* dos Arquivos da Cidade do Rio de Janeiro e Nacional foram consideradas interessantes e satisfatórias.

Sobre a organização das sessões, os três *sites* atenderam às necessidades da usuária, uma vez que disponibilizam textos explicativos, que contextualizam e informam sobre os objetivos e propósito de cada uma delas. Para a voluntária, nesse sentido a pesquisa foi bastante intuitiva em decorrência dos conteúdos introdutórios existentes, que favoreceram uma boa navegação. Da mesma forma, cada um dos fundos têm uma breve apresentação, onde é feito um relato de seu contexto histórico e social.

Quanto aos documentos digitalizados, a voluntária notou que nem todos os fundos consultados têm a documentação disponível, apesar de ter aberto um número considerável de imagens em PDF. Aos olhos da usuária, esse é um ponto positivo, pois a mesma nunca imaginou que pudesse ter acesso tão rápido a documentos tão antigos. Segundo ela, isso foi bom e a fez ter um interesse maior nas pesquisas que realizou.

Não foi solicitado o preenchimento de dados para realização de nenhum cadastro nos *sites* bastando, apenas, fazer as buscas corretas para se obter os conteúdos desejados. Dessa forma, entendeu-se que não foram encontradas grandes dificuldades para realização das pesquisas nos fundos disponibilizados através das plataformas *onlines*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que há uma ausência significativa de usuários comuns, ou seja, que não sejam pesquisadores ou pessoas procurando documentação probatória nos arquivos. Por isso, a proposta de estudo realizada objetivou o desenvolvimento do que já se compreende sobre os instrumentos de pesquisa, ferramentas de pesquisa que objetivam facilitar a busca de informação dentro dos acervos disponíveis para consulta.

Durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, procurou-se fazer uma análise crítica em torno das ferramentas de pesquisa disponibilizados pelas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos na Cidade do Rio de Janeiro, no caso as três instituições públicas que representam uma esfera do governo do Brasil.

Foi investigado, principalmente, se os instrumentos de pesquisa disponíveis hoje atendem de maneira satisfatória aos usuários, desempenhando sua principal função de mediador entre usuário e acervo arquivístico. Buscou-se, também, identificar se estes instrumentos estavam sendo disponíveis de forma regular e eficiente através das plataformas digitais de cada um dos Arquivos, na tentativa de conceder acesso às informação para usuários que não estão na Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, foi feita uma avaliação dos *sites* de cada Instituição, afim de identificar se as informações estão organizadas de maneira clara para qualquer tipo de usuário e não somente pesquisadores acostumados a fazer pesquisa em arquivos.

Foi confirmado que os instrumentos de pesquisa tradicionais ainda são bastante utilizados para pesquisas físicas, ou seja, aquelas em que o usuário vai diretamente ao arquivo pesquisar no acervo. Foi observado, também, que eles estão sendo disponibilizados digitalmente, na intenção de facilitar e melhorar a eficiência da disponibilização da informação, uma vez que, quando disponível *online*, o usuário tem a possibilidade de fazer uma busca prévia sem sair de casa.

Constatou-se que instrumentos de pesquisa novos estão cada vez mais tendo espaço no meio arquivístico, pois também são facilitadores de acesso aos usuários. Bases de dados são ferramentas de pesquisa rápidas, que organizam de forma eficiente a informação asseguram um acesso instantâneo à informação. Acredita-se que esse tipo de instrumento venha a ganhar cada vez mais espaço em relação à produção de instrumentos de pesquisa e, quem sabe em um futuro, vir a substituir os instrumentos tradicionais. A importância de inventários, catálogos e índice é inquestionável, mas com a tecnologia avançando e a necessidade de se ter tudo que deseja em tempo real é grande suficiente para fazer com que eles sejam substituídos.

Em decorrência dessa constatação, é importante que os Arquivos atentem e se empoderem do *status* de detentor de informação histórica e social e busquem cada vez mais atender de forma objetiva e satisfatória à procura nos acervos. Para isso, é necessário que haja uma melhor gestão de seus meios digitais de informação, lembrando que não é apenas um pesquisador da área que pode ter interesse em pesquisar em arquivos. Dessa forma, entende-se que é preciso um olhar mais cuidadoso e didático afim de conseguir uma maior aproximação entre usuário e arquivo. *Sites* com interfaces

confusas e atendimentos em arquivos que não levam em consideração o perfil do pesquisador não parecem ser atraentes para um usuário que ainda não vê o arquivo como um ambiente que pode ser tão interessante quanto bibliotecas e museus.

É necessário conferir continuidade ao desenvolvimento de políticas de acesso e instrumentos de pesquisa eficientes, como forma de possibilitar não só o acesso à informação, mas também o reconhecimento do arquivista como agente social e a definição e apresentação do papel do arquivo. As mudanças são possíveis desde que ocorram em confluência com a lógica: desenvolver estratégias que atraiam usuários aos arquivos e produzir instrumentos eficientes, para assim o arquivo ser visto como um ambiente detentor de cultura histórica e social.

Com a pesquisa foi possível a certificação de que arquivos estão no caminho para se tornarem instituições onde há um interesse por parte de usuários em estar e pesquisar em acervos, mas ainda é necessário dar um olhar mais instrutivo, uma vez que nem todo usuário é um profissional da Arquivologia ou de áreas afins.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; Rubens R. G. da Silva. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Pontode acesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Os instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes**: um estudo sob a ótica da análise documental. 203 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. In: **Archivaria**, 35, 1993. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2001.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 23-30, jan/dez 2007

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. **Ci.Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: AESP / IMESP, 2002 (Projeto como Fazer, 6).

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

PÉREZ, RosarioLópez. **NormalizaciónArchivística**. 1ª revisión. Espanha, AsociaciónEspañola de Documentación e Información, 2011

REGO, Laura Maria. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil**. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2015.

SILVA, Eliezer Pires; Evelyn Goyannes Dill Orrico. **A Normalização Da Descrição Arquivística E A Organização Do Conhecimento**. In: I Congresso ISKO Espanha e Portugal, 2013, Porto. Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. v. 1. p. 1076-1085.